



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE
ANANINDEUA FACULDADE DE
GEOGRAFIA**

JOELSON OLIVEIRA DA SILVA

**OS IMPACTOS DO TURISMO NA PRAIA DO CASTELO NA ILHA DE
FORTALEZA: SÃO JOÃO DE PIRABAS/PA**

ANANINDEUA-PA

2025

JOELSON OLIVEIRA DA SILVA

**OS IMPACTOS DO TURISMO NA PRAIA DO CASTELO NA ILHA DE
FORTALEZA: SÃO JOÃO DE PIRABAS/PA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Faculdade de Geografia
da Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Ananindeua,
como requisito para a obtenção do Grau
de Licenciado em Geografia.

Orientador (a): Prof. Dr. Alúcio Fernandes
da Silva Júnior

ANANINDEUA – PA

2025

RESUMO

O turismo é um fenômeno heterogêneo que envolve não apenas o simples ato de viajar, e sim interações sociais e impactos significativos nas sociedades atuais. É uma atividade que se intensifica a partir da metade do século XX, englobando várias classes sociais no mundo. Essa difusão, associada a globalização acarretou uma soma de implicações sociais culturais e econômicas. Diante disso, o turismo passou a ser objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento, se destacando na Geografia, que analisa as dinâmicas sociais e as relações espaciais que abrange esse fenômeno. Essa pesquisa busca entender os impactos do turismo na praia do Castelo em São João de Pirabas, no Pará, levando em consideração a criação da Resex Viriandeua. Para isso foram realizados um levantamento bibliográfico e um trabalho de campo. Os resultados indicam que o turismo traz relevantes mudanças na praia do Castelo que, inicialmente, tinha uma economia ligada à pesca e extrativismo para uma região que se transforma em um destino turístico com várias implicações aos moradores locais, suas vivências e para a própria paisagem do lugar. Com base nos resultados desta pesquisa, é possível concluir que o interesse turístico na praia do Castelo levou à construção de novas habitações e empreendimentos para atender a demanda dos visitantes da praia, resultando em um fluxo contínuo de pessoas visitantes, atraindo novos elementos a paisagem da região, que modifica não apenas as aparências da praia, mas também as dinâmicas sociais, ambientais e econômicas.

Palavras-chaves: Moradias; Mudanças; Paisagem; Praia; Turismo.

ABSTRACT

Tourism is a heterogeneous phenomenon that involves not just the simple act of traveling, but also social interactions and significant impacts on today's societies. It is an activity that intensified from the mid-20th century onwards, encompassing various social classes around the world. This diffusion, coupled with globalization, has brought about a series of social, cultural, and economic implications. Therefore, tourism has become the subject of study in various fields of knowledge, particularly in Geography, which analyzes the social dynamics and spatial relationships encompassed by this phenomenon. This research seeks to understand the impacts of tourism on Castelo Beach in São João de Pirabas, Pará, considering the creation of the Viriandeua Extractive Reserve. A bibliographical survey and fieldwork were conducted to this end. The results indicate that tourism brings significant changes to Castelo Beach, which initially had an economy linked to fishing and extractivism. The region has become a tourist destination with numerous implications for residents, their experiences, and the landscape itself. Based on the results of this research, it is possible to conclude that tourist interest in Castelo Beach has led to the construction of new housing and developments to meet the demand of beach visitors, resulting in a continuous flow of visitors, attracting new elements to the region's landscape, which changes not only the appearance of the beach, but also its social, environmental, and economic dynamics.

Keywords: Housing; Changes; Landscape; Beach; Tourism.

INTRODUÇÃO

O turismo consiste em uma atividade que engloba aspectos sociais, culturais e econômicos que está diretamente ligado com o afastamento de indivíduos de seu ambiente pessoal para outros lugares, ou seja, o turismo é uma atividade em que as pessoas se deslocam ou viajam para outra região, seja para outras cidades, estados ou países. De La Torre (1994) define o turismo como um fenômeno social, na qual as pessoas se deslocam voluntariamente e temporariamente de sua residência habitual para outra por motivos de descanso, lazer, cultura e saúde, sem exercer nenhuma atividade remunerada criando várias relações de caráter sociais, econômicas e culturais.

O turismo pode ser considerado um fenômeno que se intensificou a partir da segunda metade do século XX, após a segunda guerra mundial. Com o avanço da globalização, essa atividade expande-se para diversas classes sociais no mundo, trazendo diversas implicações sendo objeto de pesquisa de várias áreas do conhecimento, especificamente na década de 80, na qual passou a ser estudado pela Sociologia, Antropologia e principalmente pela Geografia com o surgimento da corrente Geografia Crítica (FONTOURA; ANDRADE, 2008).

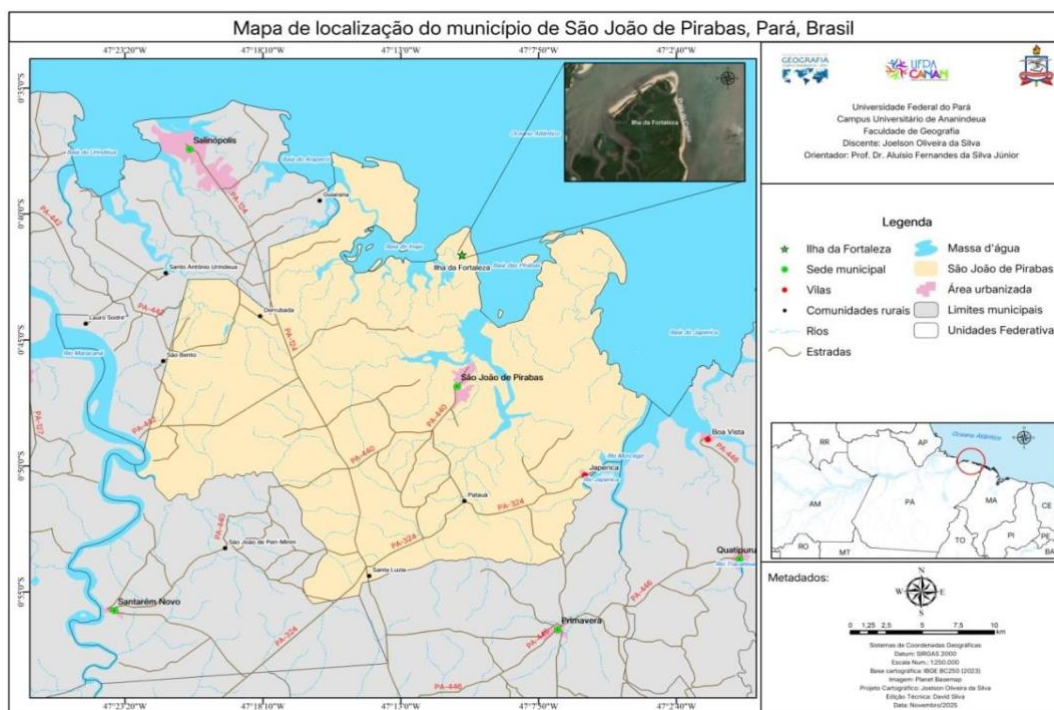
Apesar de transitar em diversas áreas do conhecimento, na Geografia, o turismo pode ser correlacionado a diversos conceitos geográficos, tendo um papel importante na produção do território e na organização do espaço. Para Fontoura (2008), o turismo, na abordagem geográfica e territorial, é visto como um fenômeno que está inserido em um determinado contexto espacial e que leva em consideração os aspectos como a localização, a infraestrutura, a cultura e economia.

Nessa abordagem, é permitido um olhar mais amplo e integrado do turismo, levando em consideração tantos os aspectos positivos e negativos dessa atividade, podendo auxiliar no desenvolvimento de políticas e técnicas de turismo sustentável e responsável.

Portanto, o turismo é uma atividade que causa diversos impactos no meio ambiente em diferentes lugares do mundo, mexendo com a dinâmica de diversas populações, sendo um fenômeno recente que vem ocorrendo em certas localidades da região do litoral paraense, mudando a paisagem e moldando as vivências dos moradores das comunidades pesqueiras de São João de Pirabas, no Pará.

O município de São João de Pirabas fica localizado a uma latitude 0°46'08" sul e uma longitude 47°10'26" oeste, na Mesorregião do Nordeste paraense há 180km da capital, Belém, e possui uma área territorial de 668.434Km², sendo composto por dois distritos, a própria sede municipal e o distrito de Japerica, além de diversas vilas e comunidades, com uma população em 2022 no total de 20. 689, segundo o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia- IBGE.

FIGURA 01 - Mapa de Localização do município de São João de Pirabas, Pará, Brasil.



FONTE: Joelson Oliveira, 2025

A principal atividade econômica de São João de Pirabas é a pesca, destacando-se como um importante polo pesqueiro no nordeste paraense, mas existem outras atividades econômicas que são bastante praticadas no município, como a agropecuária e o turismo, na qual vem se expandindo no município nos últimos anos, principalmente devido à abundância de recursos hídricos e suas “exuberantes” praias que ficam espalhadas em várias ilhas da região, sendo uma das principais a ilha de fortaleza. A ilha de fortaleza é composta por diversas praias. A principal praia da ilha de fortaleza é a do Castelo, na qual é habitada por comunidades de pescadores. A atividade econômica praticada na ilha é a pesca, onde parte dos pescados são vendidos no mercado municipal que fica localizado na sede da cidade e a outra para consumo próprio, mas os moradores da ilha vêm se deparando com uma nova realidade nos últimos anos que é o avanço do turismo na região e com isso observou um aumento de construções de moradias,

chamadas de “rancho”, moldando a paisagem da praia.

FIGURA 02 - Localização do objeto de estudo- Praia do Castelo



FONTE: Trabalho de campo, 2025.

Nos últimos anos, a praia do Castelo enfrenta um grande fluxo de pessoas de outras regiões a fim de construir moradias e outros empreendimentos, como já se pode observar na localidade, com a presença de um hotel e um restaurante, mesmo sendo uma região com a falta de eletricidade e saneamento básico, onde o seu espaço para a construção de novas moradias e empreendimento é quase inexistente, além de ser uma área de monitoramento de tartarugas pelo Instituto do Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará- Ideflor-bio.

Com base no que foi exposto, vamos abordar a seguinte questão: quais os impactos do turismo na praia do Castelo levando em consideração a criação da reserva extrativista Viriandeua? Para isso foi necessário fazer um levantamento bibliográfico e posteriormente um trabalho de campo. Essa pesquisa está estruturada em: Introdução; objetivos gerais e específicos; referencial teórico sobre a legislação costeira, o conceito de paisagem, turismo na geografia e turismo nas áreas costeiras; metodologia; resultados e considerações finais.

OBJETIVOS

GERAL

O Objetivo geral desse trabalho é analisar quais são os impactos provocados pelo turismo nas comunidades pesqueiras na praia do Castelo na Ilha de Fortaleza em São João de Pirabas, Pará, tendo em vista a criação da resex Viriandeua.

ESPECÍFICOS

- Identificar os possíveis impactos do turismo na praia do Castelo;
- Avaliar quais as medidas adotadas pelo estado após a criação da resex Viriandeua
- Verificar quais as principais fatores que contribuem para o aumento do turismo na região.
- Quais as possíveis mudanças provocadas na paisagem da praia.

REFERENCIAL TEÓRICO

Com o intuito de serem discutidos os cenários as quais este trabalho pretende estudar, é preciso fazer, inicialmente, uma pesquisa acerca da legislação das zonas costeiras do estado do Pará, para oferecer os embasamentos legais ao assunto discutido. Posteriormente foi abordado o conceito de paisagem, visto que, esta pesquisa também vai analisar as mudanças da paisagem na região do estudo. além debater a importância do turismo dentro da Geografia, além do turismo nas zonas costeiras do Brasil.

LEGISLAÇÃO DA ZONA COSTEIRA

Em muitos países o gerenciamento das zonas costeiras e litorais são definidos por leis e decretos. Com a intensificação do processo de urbanização, fica evidente que as cidades litorâneas estão atraindo mais atividades econômicas e pessoas para o seu espaço, na qual SZLAFSZTEIN (2009) afirma que conseqüentemente ameaçam os seus ecossistemas e os recursos naturais, levando ao grande debate público sobre o seu uso e sendo objeto de estudo científico e gestão pública, a fim de levar o desenvolvimento sustentável para esses territórios e assim garantir o crescimento

econômico levando em consideração a justiça social e proteção do meio ambiente.

A legislação das zonas costeiras brasileira foi estabelecida ao longo das últimas décadas do século XX, através de vários decretos e leis, tendo como ponto de partida a convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar – CNUDM em Montego Bey, na Jamaica, em 1982, nesta conversão, que foi ratificada em 22 de dezembro de 1988, o Brasil assina o tratado que estabelece regras para o uso dos oceanos e mares, na qual ficou definido quais são os direitos e deveres do governo brasileiro no que tange a exploração e conservação do ambiente marinho. Tendo como os principais pontos dessa convenção para o Brasil: a definição das áreas marinhas, soberania e jurisdição, proteção do meio ambiente marinho, exploração dos recursos naturais, navegação e transporte marinho e resolução de disputas.

Já o outro passo importante acontece com a implementação da lei nº. 7661 de 16 de maio de 1988, que estabeleceu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC que tinha como objetivo regular e instruir o uso dos recursos naturais e dos ecossistemas das zonas costeiras brasileiras. CAVALCANTE, ALOUFA (2018):

“[...] Ainda em 1988, instituiu-se a lei nº 7.661(Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC), o qual tem por finalidade "orientar a utilização racional dos recursos da zona costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população, e a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural" (CAVALCANTE, ALOUFA, 2018, p.91)

Em outras palavras, o PNGC busca frisar a importância do uso adequado das áreas da zona costeira do Brasil de modo que ela deve ser defendida pela lei e constituição federal, levando em consideração a conservação dos recursos naturais e culturais, além assegurando a proteção ambiental.

No ano de 1993, foi aprovada a lei 8.617/1993, que determina os limites do mar territorial (MT), a zona econômica exclusiva (ZEE), zona contígua (ZC) e os direitos a soberania acerca da plataforma continental (PC) do território brasileiro, essa lei tem um papel importante para compreender os limites e os direitos do Brasil sobre o seu território marinho, auxiliando no estabelecimento da região marinha sobre jurisdição da brasileira, conhecida como “Amazônia azul”, na qual MARTINS (2010) define como uma “área compreendida pela extensão do Mar Territorial brasileiro (12 milhas), somada à ZEE (188 milhas) e à extensão da Plataforma Continental, em decorrência

de sua evidente riqueza e vastidão [...]” (MARTINS, 2010, p.25).

No dia 07 de dezembro de 2004, foi assinado o decreto 5.300/2004, que regulamenta a lei Nº 7.661/1988, que implementou o PNCG, estabelecendo regras e obrigações sobre a ocupação e utilização da zona costeira, e definindo as competências do Ministério do Meio Ambiente - MMA e as bases para a elaboração de políticas no âmbito federal, estadual e municipal, destacando a importância da necessidade da integração de diferentes órgãos públicos e da sociedade civil no gerenciamento da zona costeira brasileira, garantindo a qualidade de vida das populações através do uso sustentável dos recursos naturais nesse território.

No Estado do Pará, através da lei estadual n.º 5587/95, é estabelecido o Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro no Estado do Pará- GERCO- PA, que também faz parte do PNGC. Esse programa tem como objetivo fomentar a gestão costeira paraense, levando em consideração a conservação do meio ambiente, promovendo o desenvolvimento sustentável da região. As ações do GERCO-PA envolvem a participação da sociedade civil no processo e elaboração de planos e estratégias, além de avaliar e monitorar atividades na gestão da zona costeira do estado. Sendo assim SZLAFSZTEIN (2009), reitera que:

O Programa de Gerenciamento da Zona Costeira do Estado do Pará (GERCO/PA) foi criado com vistas a planejar e realizar a gestão das atividades socioeconômicas que controlam, conservam e recuperam os recursos naturais e os ecossistemas, e exercem uma efetiva vigilância sobre as fontes de poluição ou outras formas de degradação ambiental que afetam ou podem afetar a zona costeira (SZLAFSZTEIN, 2009, p. 49).

Apesar do avanço da política de gerenciamento da zona costeira no Estado do Pará, é enfrentado diversos obstáculos na aplicação desses programas, uma das justificativas se dá pelo fato do estado e a sociedade não oferecer condições necessárias para o desenvolvimento das ações do GERCO-PA. SZLAFSZTEIN (2009) destaca que:

O Estado do Pará, de forma alarmante, tem mostrado um sucesso quase nulo na implementação do programa de gestão costeira. Os órgãos competentes justificam esta situação com base no pobre suporte da sociedade e das comunidades locais às atividades do Programa, na falta de coordenação institucional e na carência de disponibilidade de informações e recursos financeiros. Todos esses fatores influenciam fortemente o desenvolvimento das atividades do GERCO-PA (SZLAFSZTEIN, 2009, p.49).

Nesse sentido, a zona costeira e o conceito de paisagem têm uma relação

Íntima, principalmente no estado do Pará, pois o modo como as comunidades interagem com o meio natural e construído molda a compreensão e o uso dos recursos das zonas costeiras.

A paisagem pode ser percebida como um espaço onde os fatores naturais e culturais se entrelaçam; ou seja, isso não apenas reflete a biodiversidade e os ecossistemas locais, mas também as práticas econômicas, sociais e políticas dos habitantes que vivem nesse espaço. Szlafsztein (2009) revela a necessidade de uma abordagem integrada que leve em consideração as práticas locais na busca por políticas efetivas na gestão costeira. Desse modo, se faz necessário compreender o conceito de paisagem e suas interfaces dentro e fora da perspectiva da geografia.

O CONCEITO DE PAISAGEM

O conceito de paisagem passa por diversas interpretações variando de acordo com o tipo de abordagem, sendo utilizado em várias áreas do conhecimento, como por exemplo: na Ciência política, Filosofia, Ciências sociais, arquitetura e ecologia, mas é no século XIX, na Alemanha que o conceito de paisagem passa a ser visto com um viés científico, tendo como precursor o Geógrafo Alexander Von Humboldt (1769-1859), Moura e Simões (2010) destaca que:

Humboldt foi um viajante que estudou a Paisagem em relação à vegetação, considerada por ele como o dado mais significativo para caracterizar um aspecto espacial. As diferenciações paisagísticas que ele observava deveriam permitir entender as leis que regem a fisionomia do conjunto da natureza, pela aplicação de um método às vezes explicativo e comparativo (Moura, Simões, 2010, p.180).

O conceito de paisagem é um dos conceitos mais importantes dentro da ciência geográfica, nesta ciência o debate em torno dessa categoria é enriquecido por diversos pensadores que fornecem diferentes significados a esse tema moldando a sua compreensão ao longo da história. Vale ainda destacar que a paisagem é uma das categorias de análise mais antigas da Geografia. Segundo Strachulski (2015):

O termo paisagem sempre esteve presente como conceito-chave nas diversas escolas do pensamento geográfico. Em alguns momentos foi mais questionada e menos empregada e em outros momentos mais utilizados e com maior importância, corroborando com o pensamento de Paul Claval (2007) para quem a geografia e, por conseguinte, o conceito de paisagem passaram por um período de aprofundamento, crise e renovação. (Strachulski, 2015, p.4)

Ainda no século XIX, o conceito de paisagem era visto de forma extremamente empírico, na qual os estudos eram apoiados na observação das características físicas e estruturais de um determinado lugar, ou seja, os pesquisadores se concentravam na compreensão dos aspectos estéticos e aparecia desse lugar, como as florestas, lagos, morros, montanhas, rios, além de outros componentes físicos que eram possíveis de serem observados na paisagem da região em estudo (Alfaia, 2019, p.67-68).

Alfaia (2019) destaca que ao passar do tempo, os geógrafos passaram abordar o conceito de paisagem de uma forma mais ampla e complexa, na qual outros elementos ganham destaque, como as faces não visíveis da paisagem que passam a ser levado em consideração nas abordagens dos geógrafos sobre o tema, isso significa que os geógrafos passaram a estudar não apenas os processos naturais que modificam as características visíveis de uma região, mas as dinâmicas socioeconômicas que acontecem na região, ou seja, a paisagem não é somente uma agregação de recursos visuais e sim um espaço que encontra-se em frequente transformação e movimento, onde ocorre a interação entre os humanos e os aspectos naturais.

Já no século XX podemos destacar as contribuições da escola de pensamento geográfica francesa, um dos autores que se destacam é Paul Vidal de La Blache que traz uma abordagem mais holística nos seus estudos, destacando a importância da paisagem na Geografia. Strachulski (2015) destaca que Vidal de La Blache é um importante representante da geografia agrária francesa, por isso seus estudos são voltados para a morfologia da paisagem, destacando a ideia de que a paisagem é o resultado da relação entre elementos naturais e as influências humanas. Para La Blache, a paisagem é um elemento não estático, visto que ela é um produto de processo histórico, na qual as atividades humanas têm impactos expressivos nos aspectos naturais de uma região ao longo da história, ou seja, para entender a paisagem precisa levar em consideração os aspectos físicos relacionados aos aspectos socioeconômicos. Strachulski (2015) explica que:

No início do século XX ocorre certa evolução em relação ao estudo morfológico da paisagem com os trabalhos de Carl Ortwin Sauer, principal expoente da escola anglo saxônica. Sauer (1998) propôs a Geografia cultural estudando a diferenciação da terra em áreas (paisagens). A paisagem geográfica seria o conjunto das formas naturais e culturais

associadas em área, analisadas por sua forma, dando ênfase a difusão de artefatos. Com Sauer a prática descritiva da paisagem é substituída por uma que é interpretativa. (Strachulski, 2015, p.4).

De acordo com o supracitado, o geógrafo norte-americano Carl Ortwin Sauer, aborda a questão da evolução dos estudos da morfologia da paisagem, nesse século, Sauer foi pioneiro na abordagem da Geografia Cultural, fazendo uma crítica à abordagem descritiva da paisagem, na qual destaca a relação entre os recursos naturais e as ações humanas no espaço. Seuer sugere uma prática mais interpretativa, buscando entender a influência dos processos sociais, históricos e culturais na formação da paisagem e não apenas os elementos físicos, ou seja, para ele a paisagem é produto da relação entre os recursos naturais e aspectos culturais, como práticas agrícolas, construções e formas de vidas.

Conforme Strachulski (2015), a partir dos anos 1970, é destacado o impacto da Nova Geografia Cultural na análise de paisagem, trazendo uma abordagem mais ampla e intensiva sobre a paisagem. Na Geografia cultural, a paisagem é compreendida por meio do “imaginário”, na qual refere-se aos elementos não materiais que vão influenciar a forma de como os humanos enxergam e interagem com o espaço, levando em consideração temas como: a percepção, representação, experiência e geossímbolos.

Porém, a Nova Geografia Cultural não deixa de lado à análise dos elementos físicos, pelo contrário, vai empenhar-se em uma percepção holística que engloba tanto o material quanto o imaterial. Além disso, essa perspectiva vai privilegiar o “singular”, isto significa que, as especificidades de cada lugar, em vez de buscar generalizações universais e categorizadas. Em lugar de procurar explicar fenômenos geográficos, essa abordagem concentra-se na compreensão desses fenômenos, proporcionando uma análise mais densa e contextualizada do mundo real.

Na Nova Geografia Cultural, a paisagem é vista como o resultado da relação entre os seres humanos e o meio ambiente, então no contexto rural, os elementos visíveis da paisagem, como campos cultivados, caminhos, construções, entre outros, são expressões das práticas culturais e das experiências dos moradores. Podemos dizer que os seres humanos têm uma reação muito próxima do meio ambiente, ou seja, suas tradições, atividades e vivências estão fortemente enraizadas na terra, indo além apenas do uso econômico e sim envolvendo o sentimento de pertencimento e

afetividade. Para Strachulski (2015), A sociedade rural, assim, é fundada sobre a apropriação e a exploração da terra, considerada como uma realidade carregada de pertencimento.

O sentimento de pertencimento significa que a identificação dos moradores ou grupos com o seu espaço, é observado como parte de sua identidade cultural e não somente como recurso. Essa relação de afeto com a terra vai estar presente nas tradições, nas narrativas locais e nas práticas agrícola.

Portanto, a interação entre os elementos naturais e humanos é essencial para entender as dinâmicas de transformação dos espaços. Essa perspectiva contextualizada e holística da paisagem está ligada diretamente ao conceito de “Turismo na Geografia”, já que também considera a relação entre o meio ambiente e os humanos, porém com foco direcionado às práticas turísticas e suas implicações. Sendo assim, a discussão do turismo na Geografia está relacionada com a discussão sobre paisagens ao reconhecer que o turismo é uma atividade intensivamente enraizada no contato entre humanos e meio ambiente.

O TURISMO NA GEOGRAFIA

O turismo é uma atividade econômica que pode trazer vários benefícios para um país, principalmente no que se refere a geração de emprego e renda, além disso, impulsiona economias locais, principalmente em áreas menos favorecidas, contribuindo para a distribuição de renda e atuando em diferentes regiões do Brasil.

Historicamente, a atividade turística é mais intensa em áreas mais desenvolvidas, devido aos recursos disponíveis e o grau desenvolvimento dessas regiões, porém quando essa atividade é desempenhada em regiões menos desenvolvidas podem gerar diversos impactos. nessas regiões, o turismo desempenha um papel crucial na economia local, levando renda e oportunidade econômica para aqueles menos desfavorecidos, tendo o potencial de diminuir as disparidades entres as regiões do país. Rabary (2020) afirma que:

O turismo constitui-se em uma importante atividade econômica, capaz de gerar renda, emprego, divisas e redistribuir a renda regional (Haddad, Porse, & Rabahy, 2013). As atividades turísticas, assim como demais atividades que envolvem o consumo de bens privados, preponderam com a origem em regiões mais ricas, mas, em termos relativos, a renda gerada pelo turismo pode ser mais relevante naquelas menos desenvolvidas e

que não apresentam a mesma diversidade de atividades produtivas. Assim, a diminuição de desigualdades regionais de renda é um dos significativos benefícios do turismo. (Rabary, 2020 p.2)

Para Silveira (2002), o turismo é um setor que afeta diretamente a organização e o uso do território, moldando a paisagem de uma região, sendo descrito como complexo e dinâmico que está em constante modificação, envolvendo várias condições sociais, culturais, ambientais e econômicas. Nas últimas décadas, o turismo vem chamando a atenção de pesquisadores de várias áreas da ciência, principalmente, na Geografia, com o objetivo de compreender o fenômeno do turismo de forma mais fundamentada e sistematizada, através de métodos pesquisas mais precisas para analisar os seus impactos.

Segundo Silveira (2002), o entendimento de Turismo não pode ser feito sem os conceitos fundamentais da Geografia que é possível relacionar os conceitos geográficos, como a natureza, paisagem, lugar e território, ou seja, o turismo está profundamente ligado ao meio físico e social em que se desenvolve.

Levando em consideração aos conceitos geográficos, a natureza remete aos ambientes físicos e naturais que atraem os turistas para uma determinada região. Como vales, florestas, praias e parques; já a paisagem refere-se à forma de como os ambientes são observados e representados, a paisagem pode influenciar as experiências do turista na escolha do lugar que se pretende visitar; já o lugar traz uma significação social e cultural de um local específico, pois os diferentes lugares têm significados diferentes para os turistas, sendo o lugar um conceito importante para o turismo; o território trata-se da delimitação de regiões que podem ter implicações econômicas, políticas e sociais, na qual é incluindo a regulamentação e a gestão das atividades e os recursos turísticos. Segundo (Fontoura; Andrade, 2008).

Por se caracterizar como um fenômeno complexo e interdisciplinar, o turismo deve ser analisado sob diversos prismas, abordando as vertentes sociais, suas implicações econômicas e analisando ainda as perspectivas culturais, políticas e ambientais, a partir de uma análise integradora (FONTOURA; ANDRADE, 2008).

O turismo é um fenômeno complexo que precisa ser entendido de forma interdisciplinar e não apenas de maneira isolada, ou seja, o turismo abrange diversas

áreas da ciência, além dos aspectos sociais, culturas, políticos, econômicos e principalmente ambientais. Então para compreender as suas diversas dimensões e como elas interagem entre si é necessário fazer um estudo integrado do turismo, pois através dessa perspectiva que é facilitado o desenvolvimento de práticas sustentáveis para o benefício do meio ambiente, turistas e comunidades locais.

“[...] O estudo da relação da paisagem com turismo se intensificou nas últimas décadas, principalmente, a partir dos anos 90, esses estudos podem ser observados por diversas formas, o que desencadeou várias consequências sejam práticas ou analíticas” (MARUJO; SANTOS, 2012, p.39). O turismo não apenas molda a paisagem, vai além disso está ajustando a uma abordagem mais crítica que privilegia o respeito pelos valores socioculturais e a preservação ambiental relacionados às paisagens. Um dos principais motivos desse progresso é o interesse e conscientização mundial sobre a importância de amenizar os impactos do turismo e de preservar o meio ambiente.

O turismo e a paisagem estão relacionados profundamente, visto que a paisagem é um recurso principal na experiência turística. A paisagem é o primeiro elemento que chama a atenção do turista em um lugar, sendo um dos principais motivos pelo quais os próprios escolhem o destino de visita, influenciando suas impressões e experiências ao longo da sua passagem no local.

A paisagem é vista como um “produto turístico”, na qual é um componente que constitui a oferta de um lugar, ou seja, os aspectos culturais e naturais de uma paisagem são cuidadosamente preparadas para trazer os turistas. Além disso, a paisagem não é estática, pois está constantemente criada e aprimorada pelos visitantes por meio de suas experiências, relatos e registros, então podemos dizer que a ideia de paisagem pode mudar ao longo do tempo, de acordo com os vários grupos de turistas que visitam um lugar e interagem com ele, influenciando o jeito de como o lugar se apresenta ao mundo e as expectativas dos futuros visitantes. Para (MARUJO; SANTOS, 2012):

É óbvio que o conceito de turismo está intimamente ligado ao conceito de paisagem, ao ato de ‘olhar’ o diferente, de contemplar lugares e de criar imagens sobre esses lugares. A paisagem constitui a primeira exigência do contato do turista com o lugar visitado e, portanto, ela está no centro da atratividade dos lugares para o turismo (Cruz, 2002). Por isso, a paisagem é um dos “motores fundamentais do turismo” (Meneses, 2002: 53), ou seja, é considerada um produto turístico - ou parte de um produto

e, claramente, elemento fundamental de muitos destinos turístico -, que atrai o consumidor e é, ao mesmo tempo, criada e recriada, sucessivamente por ele. (MARUJO; SANTOS, 2012).

Os estudos geográficos acerca do turismo se intensificaram e tornaram-se mais complexo a partir de 1970, devido a diversificação de abordagens teóricas que passaram a ser usada nesse campo com o objetivo de entender melhor as práticas que envolvem o turismo contemporâneo. Segundo Castro (2006) essa pluralidade de abordagens permite um estudo mais rico e aprofundado da relação da cultura, do espaço e o comportamento humano no contexto do turismo. Tendo como importante aliado nesses estudos as abordagens: Pragmática, Crítica, Humanística, Comportamentalismo Behaviorista, Cultural e a pluriparadigmática.

Já a partir dos anos 80, ganha força um movimento de flexibilização das fronteiras do conhecimento, ou seja, ocorrendo uma integração mais intensa entre diferentes disciplinas, onde os procedimentos metodológicos de uma área do conhecimento passam a ser aplicados em outras, melhorando assim o entendimento dos fenômenos estudados. Dentro desse movimento, a Geografia é vista como uma ciência complexa e multidimensional, abrangendo várias áreas do conhecimento, tanto como em elementos físicos (Geologia e Climatologia), biológicos(ecologia) e humanos (Economia e Sociologia).

O turismo é uma área que tem uma grandeza espacial significativa, o que torna a Geografia uma ciência privilegiada para estudá-lo. O turismo não configura apenas o ato de viajar ou conhecer um lugar, além disso, abrange a interação entre atores sociais, impactos ambientais, dinâmicas econômicas e culturais que estão diretamente ligados ao espaço. Portanto, a abordagem geográfica permite que o estudo do turismo seja de forma mais holística, levando em consideração as suas várias dimensões, deixando explícito a importância da Geografia na compreensão mais aprofundada e integrada desse fenômeno. Segundo (Castro, 2006):

Desde a década de 1980 do século XX insinua-se na produção do conhecimento geográfico (e na abordagem geográfica do turismo, também) a tendência à flexibilização entre fronteiras disciplinares numa religação de saberes através de “invasões e migrações interdisciplinares” e “circulação de conceitos 2.” A Geografia, ciência multidimensional, e “complexa por princípio, uma vez que abrange a física terrestre, a biosfera e as implantações humanas” (MORIN, 2000, pp.28-29) é ainda mais

valorizada como campo de estudo de fenômenos com dimensão espacial, na medida em que a ela se incorporam estudos e pesquisas sob o enfoque dado pelo geógrafo ao turismo (CASTRO, 2006).

TURISMO EM ÁREAS COSTEIRAS

As atividades turísticas realizadas no litoral e à beira-mar têm importância significativa para o planejamento e desenvolvimento econômico de áreas costeiras, principalmente depois da segunda guerra mundial. O turismo litorâneo é compreendido como uma atividade moderna de uso e exploração de regiões costeiras para práticas culturais, lazer e fins recreativo (Pereira, 2012 apud Pinho et al., 2019).

Essa evolução do turismo litorâneo gera mudanças significativas na estrutura física e social das regiões costeiras, impulsionando investimentos em serviços, infraestruturas e atrativos ligados ao turismo ocasionado o aumento da economia local e a geração de empregos melhorando a qualidade de vida dos moradores das comunidades.

Apesar dos benefícios ocorre o surgimento ou a intensificação de problemas ambientais devido ao aumento da demanda por serviços e a urbanização nas comunidades locais, além de que o desenvolvimento econômico pode provocar mudanças nas dinâmicas sociais dessas comunidades, e uma das principais mudanças se encontram na demografia, que é alterada com a chegada de novos moradores ou trabalhadores, gerando também até transformações nas tradições culturais dessas localidades por causa da interação com os visitantes.

O Brasil é um país de dimensões continentais, além de ser rico em natureza e culturalmente, que ocasiona um grande fluxo de movimento e viagem dentro do território nacional, esse fluxo é importante para valorização das zonas costeiras, visto que possui uma faixa terrestre que se estende por aproximadamente 10.800 mil quilômetros ao longo da costa.

No Brasil, segundo Dantas (2014) o turismo litorâneo se dá a partir do século XX, principalmente, no nordeste devido às políticas adotadas pelos governos estaduais, que buscaram o apoio e investimentos externos, como a parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, além disso, os investimentos privados tiveram como objetivo a melhoria da infraestrutura turística da região e o

aproveitamento do potencial turístico das praias, desenvolvendo, economicamente, a região através do turismo no litoral, como consequência o impulso à economia local. (FONSECA et al.,2022) destaca que:

O desenvolvimento desigual do turismo brasileiro fortemente concentrado em sua extensa faixa litorânea (10.959 km) é apontado por Cruz (2018) como resultado de fatores históricos e geográficos que propiciaram o processo de ocupação e povoamento a partir da zona costeira, acarretando maior densidade populacional e de infraestrutura na porção litorânea do território brasileiro, desdobrando-se em uma forte urbanização, na constituição de grandes metrópoles e na capilarização mais intensa da rede rodoviária na porção leste do país(FONSECA et al.,2022).

A Geografia e a história do povoamento do Brasil influenciaram diretamente a atividade turística no Brasil, que aconteceu de forma desigual ao longo do território nacional, essa atividade se concentrou na maioria das vezes na zona costeira. A colonização e a urbanização foram um dos principais fatores desse processo, em que as primeiras vilas e cidades eram fundadas e se desenvolveram no litoral brasileiro. O comércio e a imigração foram essenciais para o aumento populacional nessas regiões gerando grandes metrópoles ao longo do litoral, além disso, a consolidação desses grandes centros urbanos, a partir do desenvolvimento das redes transportes, estradas e a intensificação do fluxo de pessoas, atraem e facilitam o acesso ao turismo nessa região.

METODOLOGIA

Com o propósito de atingir os objetivos deste trabalho, esta pesquisa provém de um levantamento bibliográfico acerca da questão abordada, além de um estudo de caso, de caráter exploratório seguindo uma abordagem qualitativa. Na qual Godoy (1995) define que a abordagem qualitativa:

“tem como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada. No trabalho intensivo de campo, os dados são coletados utilizando-se equipamentos como videoteipes e gravadores ou, simplesmente, fazendo-se anotações num bloco de papel. Para esses pesquisadores um fenômeno pode ser mais bem observado e compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte. Aqui o pesquisador deve aprender a usar sua própria pessoa como o instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados

coletados” (GODOY, 1995, p.62).

Diante disso, a pesquisa qualitativa é de suma importância, pois irá dar respaldo para as evidências encontradas em lócus. Primeiramente, foi realizado uma pesquisa bibliográfica em monografias, artigos científicos localizados na plataforma do Google acadêmico, dissertações na biblioteca digital da UFPA- Ananindeua Benedicto Monteiro, sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, além de consultas em publicações periódica, como portais de notícias de São João de Pirabas do Nordeste paraense e o Plano plurianual- PPA, do município de São João de Pirabas do período de 2022 a 2025.

Após o levantamento bibliográfico sobre os conceitos e informações utilizados nesta pesquisa, foi realizado um trabalho de campo, no qual o local escolhido foi a praia do Castelo, na Ilha de Fortaleza, já o levantamento de dados foi realizado nos dias 04 e 05 de março de 2025, tendo como público-alvo os moradores da praia, onde foram concebidas cinco entrevistas. A aplicação desse levantamento se deu por meio de um questionário aberto com oito perguntas, dessa forma Demo (1998, p. 101) afirma que:

“um questionário aberto pode ser a porta de entrada para um mundo de representações sociais mais subjetivas, e por isso mais profundas e determinantes, à medida que permite a fala descontraída, realista e natural, a não-linearidade de respostas sobre realidades tipicamente não-lineares. Mas, ainda assim ou precisamente por isso, precisa ser bem-organizado e garantir, entre outras coisas, que em cada novo questionário se trata do mesmo tema, da mesma pesquisa, da mesma análise, ou seja, deve existir um contexto sistemático e lógico, até mesmo para podermos comparar e inferir. Demo (1998, p. 101).

IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO

FIGURA 03 - Visão panorâmica da praia do Castelo



FONTE: Paulinho Pinheiro, 2019.

Para ter acesso à praia, os visitantes precisam, primeiramente, pegar uma embarcação no local chamado de “rampa” de São João de Pirabas, cujo local é um porto hidroviário que fica ao lado da Pricomar, uma antiga fábrica de pescado da região. A viagem dura um pouco mais de uma hora, sendo feita, geralmente, em períodos da vazante da maré e o valor da passagem varia de 10 a 20 reais dependendo da época do ano.

FIGURA 04 - Ranchos na praia do Castelo.



FONTE: Trabalho de campo, 2025.

Um fato interessante que chama a atenção na paisagem da praia do Castelo é um complexo místico, na qual o sujeito principal é a Pedra do Rei Sabá, Além das

estátuas da cabocla Mariana e Iemanjá. O monumento fica localizado em cima de uma formação rochosa e calcária como é mostrado na figura 2, um local que desperta interesse de turista, cientista e interessados na área de geologia e paleontologia, por causa do seu vasto acervo que de fósseis do período cenozoico marinho (VERAS, 2021, p.3).

FIGURA 05 - Pedra do rei Sabá.



FONTE: Trabalho de campo, 2025.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O trabalho de campo desta pesquisa foi realizado nos dias 03 e 04 de março, na segunda e terça-feira de carnaval de 2025, a data citada, anteriormente, foi escolhida levando em consideração o feriado prolongado, pois a praia do Castelo neste período é visitada por muitos turistas e ainda alguns moradores que trabalham na cidade retornam aos seus “ranchos” com os seus familiares.

As moradias dos habitantes da praia do Castelo são chamadas de ranchos, uma construção rudimentar que é feita, principalmente, por madeiras ou palhas, na qual na maioria das vezes são retiradas dos manguezais e matas da ilha. Atualmente, a maioria desses ranchos são compostos por: quartos, salas, cozinhas, banheiros, com vasos sanitários e, água encanada captada através de bombas, essa água vem de poços simples que ficam localizados em áreas afastadas das casas, geralmente dentro da floresta. No que se refere à energia elétrica, são utilizados os modelos de eletromotriz e solar, os geradores ficam localizados no interior das casas ou aos arredores. Já as placas solares são inseridas no telhado das residências.

FIGURA 06 – Divulgação via rede social da praia do castelo.



FONTE: Instagram, 2025.

Apesar do difícil acesso e escassez de serviços na praia do Castelo, é importante destacar que o aumento do fluxo de turistas ocorre por vários motivos e um desses motivos se encontra na constante divulgação em mídias sociais pela prefeitura, influencers e imprensa do Estado, “comercializando” as praias de São João de Pirabas como locais com paisagens “deslumbrantes” e não exploradas. Essa situação acarretou o aumento na construção de ranchos por pessoas de fora do município, vindos, principalmente, de Castanhal, Capanema, Paragominas e da capital Belém, sendo de diversas classes sociais, na qual frequentam a praia apenas em períodos curtos ou de férias.

No entanto, é relatado pelos moradores que alguns desses visitantes buscam adquirir pedaços de terras e ranchos visando projetos futuros na ilha, como a construção de restaurantes e hotéis, porém essa situação por ora vai enfrentar empecilhos, visto que a ilha de Fortaleza passa pela incorporação à RESEX Virandeuá, ou seja, todo projeto ou construção que venha ser realizado na ilha vai ter que se adequar às normas e a legislação vigente das áreas de proteção ambiental.

A pesca artesanal é a atividade que ainda é majoritariamente praticada na

praia, a prática é feita, principalmente, através de currais que são armadilhas construídas para capturar os peixes. Sua estrutura é feita com estacas de madeiras, retiradas pelos próprios moradores na floresta e de redes de pesca, como pode ser observado na imagem abaixo.

FIGURA 07 - Curral de pesca



FONTE: Trabalho de campo, 2025.

No entanto, é notado uma modesta atividade comercial na praia do Castelo que segundo o morador 2, “é um fenômeno recente, que é devido ao conhecimento cada vez maior da praia por moradores de outros municípios.” Atualmente na praia existe, de acordo com a observação feita na pesquisa de campo e pela entrevista com moradores, um pequeno comércio de insumos domésticos, um local de comercialização de bebidas alcoólicas, uma igreja evangélica, um restaurante e um hotel.

A moradora 1 relata que *“um dos principais problemas com os turistas na ilha é a questão do respeito aos limites dos terrenos dos habitantes, pois os visitantes de fora do município de São João de Pirabas se encantam com a paisagem, proporcionada pelo ambiente, que acabam adquirindo terrenos de moradores ou vazios, gerando como consequência a redução do espaço para a prática da agropecuária de subsistência”*.

Para além disso, outra questão que incomoda os moradores é a situação da segurança na praia, onde o morador 2 relata que, “muitas vezes, quando precisa ir cidade resolver um problema, ao retornar percebe que algumas de suas plantações

ou animais foram furtados, e que é impossibilitado a identificação de quem praticou esse ato, visto que não existe um registro de pessoas que entram e saem da praia, mas para reduzir esse ato, há uma cooperação entre os moradores, na qual eles tornam-se responsáveis para vigiar a casa do outrem em caso de ausência de um dos residentes.”

Na praia do castelo, ao longo da paisagem é perceptível a quantidade de ranchos em cima da vegetação de restinga. Araújo Filho (2021) define como uma vegetação que se desenvolve nos sedimentos arenosos na baixada litorânea, sendo uma vegetação levemente densa, onde sua vegetação de troncos finos não passa de 12 metros de altura. Os moradores relatam que há 10 anos era possível contar “a dedos” a quantidade de ranchos por toda a extensão da paisagem da praia, mas que, nos últimos anos, a construção de ranchos se intensificou deixando um traço marcante na paisagem pela quantidade de moradia construída atualmente, como pode-se observar na figura 4.

FIGURA 08- moradias da praia do Castelo



FONTE: Trabalho de campo, 2025.

É importante destacar que, além dos problemas citados anteriormente, a questão ambiental está gerando diversos debates entre os moradores, visto que a Ilha da Fortaleza passa pelo processo de incorporação à reserva extrativista- RESEX Viriandeua, na qual o decreto de criação foi assinado pelo governo federal no dia 21 de março de 2024.

A Resex's são áreas territoriais protegidas por lei em que o objetivo é proteger os modos de vida e assegurar as culturas de populações tradicionais, além de garantir o uso e manejo sustentável dos recursos naturais dessa área, respeitando os interesses locais e o Plano de Manejo de unidade. O sustento destas populações vem do extrativismo, agricultura de subsistência e da criação de animais de pequeno porte, sendo assim, proibido a exploração comercial de madeira que não seja de modos sustentáveis ou para uso nas atividades dentro da Resex, além da proibição da caça profissional ou amadorística. As Resex são administradas pelo Instituto Chico Mendes de conservação Da Biodiversidade-ICMbio, com a participação de um conselho deliberativo composto por órgãos públicos, organizações da sociedade civil e os moradores da Resex. O decreto para a criação da Resex Viriandeua foi assinado dia 21 de março de 2024 pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, após décadas de luta por ambientalistas e comunidades tradicionais do litoral paraense. Localizada nos municípios de Salinópolis e São João de Pirabas, a Resex abrange uma área de 34 mil hectares na qual moram cerca de 3.100 famílias. O principal objetivo dessa Resex é a proteção e conservação do maior cinturão contínuo de manguezais do planeta, assim como, os moradores da sua área de abrangência.

A falta de apoio do poder público local é outra questão debatida entre os moradores da praia, principalmente em relação ao descarte de lixo que, na maioria das vezes, são jogados dentro da mata ou enterrados em buracos cavados nos próprios terrenos. No entanto, a criação da reserva extrativista Viriandeua foi vista como um projeto que resolveria ou amenizaria esses e os demais problemas recorrentes na região. Segundo a moradora 4, *“a formação da Resex Viriandeua foi vista com ‘entusiasmo’ pela comunidade pesqueira já que iria trazer benefícios aos moradores e solucionar situações citadas anteriormente, reduzindo os impactos ao meio ambiente”*, mas o processo de criação da Resex virou alvo de críticas pelos moradores, uma vez que, o processo de criação Resex está em andamento.

O morador 5 reclama que “durante uma reunião em dezembro de 2024, com os

agentes do órgão ICMBIO e os moradores, foi acertado que haveria a troca dos banheiros das residências, visto que os atuais jogam dejetos dentro do córrego que corre atrás dos terrenos das residências, como mostra a figura 5 (os canos indo em direção a mata). Porém meses se passaram e nenhum morador recebeu os novos banheiros, nem orientação de como adquirir e como construir os banheiros adequados, assim como não receberam orientações e respostas em relação ao descarte do lixo.”

FIGURA 09 - Encanamento de esgoto das casas.



FONTE: Trabalho de campo, 2025.

Em relação aos pontos positivos destacados pelos moradores, o movimento crescente de visitantes na praia traz um aumento de diversificação de renda à comunidade local, com incremento do comércio, principalmente de produtos extrativistas, como o peixe, caranguejo e o siri, muitos consumidos pelos turistas que chegam na praia. O morador 1 afirma que, *“quando ocorre uma data de feriado prolongado muitos dos moradores não precisam ir à cidade vender seus produtos, já que os próprios turistas compram na praia, e muitas vezes levam para ser consumidos posteriormente na cidade”*. Situação que foi percebida durante o carnaval de 2025.

Além disso, percebe-se uma pequena venda e comércio de produtos domésticos na praia, sendo uma atividade muito rentável, principalmente durante períodos de datas comemorativas e feriados prolongados, já que os visitantes passam mais tempo na praia. Diante disso, os moradores buscam novas fontes de renda

através desses visitantes, oferecendo serviços para além de produtos domésticos, como a comercialização, por pequenas taxas, de internet e energia elétrica, já que na ilha ainda não existe energia elétrica por cabos de ligação. Outra atividade que vem crescendo na praia do Castelo é a venda de bebidas alcoólicas, como indica a imagem abaixo, um ponto de venda de bebidas alcoólicas.

FIGURA 10 - Ponto de bebidas alcóolicas



FONTE: Trabalho de campo, 2025.

Assim como em outras praias do Brasil, os turistas buscam lazer, diversão ou descanso, o que não é diferente nas praias de São João de Pirabas, apesar das praias serem tranquilas e pouco habitadas. E, segundo os relatos dos moradores, um dos produtos mais pedidos pelos visitantes é a bebida alcoólica, tornando-se um produto lucrativo, fazendo com que alguns moradores mudem ou troquem a sua fonte de renda da pesca para a venda de bebida alcoólica. O morador 3 relata que *"em meados de 2017, a sua única fonte de renda vinha da pesca, que rendia em média 500 reais mensalmente, uma das únicas fontes de renda na época. Hoje, apenas na semana do carnaval, conseguiu faturar aproximadamente 850 reais apenas com a venda de bebidas alcoólicas em sua residência"*.

Fica evidente que a demanda dos turistas por bebidas alcoólicas gera um

mercado lucrativo para esses moradores, fazendo com que alguns abandonem, temporariamente, a pesca para se dedicarem a esse comércio, modificando a dinâmica da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os pontos discutidos, podemos concluir que a avanço do turismo na praia do Castelo traz mudanças significativas nas vivências e na paisagem da região, a atividade econômica que antes era ligada apenas à pesca e extrativismo, observa-se uma situação de transição para o setor turístico, passando de uma praia desértica, com quase nenhuma habitação, para uma região onde a paisagem ganha novos elementos com fluxos de pessoas e novas moradias e empreendimento.

Acerca dos impactos negativos dessa atividade, podemos destacar a falta de infraestrutura na praia para a realização dessa prática, além da falta do apoio público, principalmente da prefeitura municipal de São João de Pirabas, no que diz respeito ao controle de visitas na ilha no que tange à questão de segurança; e da construção de ranchos em áreas ainda não habitadas na praia, uma vez que, a área está sendo inserida em uma reserva extrativista. Da mesma forma que a questão ambiental também preocupa os habitantes da praia do castelo, visto que a praia é uma área de monitoramento de tartarugas, assim como o lixo não está sendo descartado de forma correta.

Em relação aos pontos positivos, fica evidente que a geração de renda é o principal benefício da atividade turística na praia, pois os moradores passam a depender não apenas da pesca e o extrativo vegetal, na qual em alguns períodos ficam escassos, para novas fontes de renda, como a venda de alimentos, insumos domésticos e até mesmo o transporte de visitantes da cidade para a Ilha de Fortaleza.

Diante disso, fica claro que a situação turística na praia do Castelo, em São João de Pirabas, afeta de maneira significativa os habitantes e o meio ambiente, apesar de ser um fenômeno recente, a falta de planejamento para essa atividade gera impasses que devem ser debatidos a fim de encontrar meios ou amenizar os efeitos dessa atividade aos supracitados, sendo o ponto crucial para garantir a sustentabilidade do turismo na praia do Castelo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALFAIA, M. C. **A impressão da paisagem pelo uso e ocupação da terra no entorno da Vila de Novo Remanso em Itacoatiara/AM.** Dissertação. (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, 2019. 258p

ALVES, Laís Rodrigues. **Geografia, Turismo e Paisagem:** um estudo de caso na praia de Tourinhos em São Miguel do Gostoso – RN. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

BRASIL. *Decreto n. 5.300 de 7 de dezembro de 2004. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), dispõe sobre regra de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão de orla marítima.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5300.htm> Acesso: em: 15 jun. 2025.

CASTRO, N. A. R. **O lugar do turismo na ciência geográfica:** contribuições teórico-metodológicas à ação educativa. Tese de Doutorado Programa de Pós- Graduação em Geografia Física Universidade de São Paulo, 2006.

CAVALCANTE, Juliana da Silva Ibiapina; ALOUFA, Magdi Ahmed Ibrahim. **Gerenciamento costeiro integrado no Brasil:** uma análise qualitativa do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro / DRd - Desenvolvimento Regional em debate, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 89–107, 2018. DOI: [10.24302/drd.v8i2.1815](https://doi.org/10.24302/drd.v8i2.1815). Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/1815>. Acesso em: 13 jun. 2025.

DEMO, P. **Pesquisa Qualitativa:** busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. Revista Latino-americana de enfermagem, v.6, n.2, p.89-104, 1998.

FILHO, José Coelho de Araújo. **Vegetação com influência marinha** (restingas). Embrapa, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/territorios/territorio-mata-sul-pernambucana/caracteristicas-do-territorio/recursos-naturais/vegetacao/vegetacao-com-influencia-marinha-restingas>. Acesso em: 04 ago. 2025.

FONSECA, M. A. P., COSTA, W. F., FAGERLANDE, S. M. R., & TODESCO, C. (2022). **Urbanização e desenvolvimento desigual do turismo no litoral brasileiro**. Mercator, 21. Fortaleza. doi: <https://doi.org/10.4215/rm2022.e21013>.

FONTOURA, Leandro M.; ANDRADE, Sabrina de A. **Turismo e geografia: O Planejamento Territorial do Turismo**. Anais... II Fórum Internacional de Turismo Do Iguaçu, junho de 2008. Foz do Iguaçu – Paraná.

FREITAS, Thyanne Tavares; DE SOUSA VERAS, Hermes. **O santo visita o rei: festividade afrorreligiosa em São João de Pirabas e o complexo da encantaria na Amazônia oriental**. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 12, n. 1, p. 491-504.

GODOY A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 2, mar-abr, p. 57-63, 1995.

MARTINS, Eliane Maria Octaviano. **Amazônia Azul, Pré-Sal, Soberania e Jurisdição Marítima**. *Revista de Ciências Jurídicas e Empresariais*, [S. l.], v. 11, n. 1, 2015. DOI: 10.17921/2448-2129.2010v11n1p%p. Disponível em <https://revistajuridicas.pgsscogna.com.br/juridicas/article/view/963>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MARUJO, N. e SANTOS, N. (2012). **“Turismo, turistas e paisagem”**. *Investigaciones Turísticas*. N.4, p.35-48.

MOURA, Danieli Veleda; SIMÕES, Christian da Silva. **A evolução histórica do conceito de paisagem**. *Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental*, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 179–186, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/992>. Acesso em: 23 jun. 2025

PIMENTEL, M. R. & CASTROGIOVANNI, A. C. (2015). **Geografia e Turismo: em busca de uma interação Complexa**. Rosa dos Ventos, 7(3), 440-458.

PINHO, T. R. R.; DANTAS, E. W. C.; SANTOS, J. DE O. **Turismo e sustentabilidade em comunidades costeiras: reflexões sobre mudanças socioambientais em Jericoacoara (CE) e Barreirinhas (MA)**. Revista Brasileira de Ecoturismo, v. 12, n. 4, p. 531–562, 2019

PROGRAMA MATA NATIVA. **Reservas Extrativistas e a Cultura das Populações Tradicionais**. 2017. Disponível em: <https://matanativa.com.br/reservas-extrativistas/>
Acesso em: 15 set. 2025.

RABAHY, W. A (2020). **Análise e perspectivas do turismo no Brasil**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo, 14 (1), p. 1 - 13, jan./abr. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v14i1.1903>.

RIBEIRO, W. de O. **A Praia como Objeto de uma Abordagem Geográfica do Fenômeno Turístico: Notas Introdutórias**. Revista Cocar, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 65–76, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/26>.
Acesso em: 11 fev. 2025.

STRACHULSKI, J. **O percurso do conceito de paisagem na ciência geográfica perspectivas atuais**. Revista Sapiência, Iporá, v.4, n. 2, p. 03 – 33, 2015.

SZLAFSZTEIN, C. F. **Indefinições e Obstáculos no Gerenciamento da Zona Costeira do Estado do Pará, Brasil**. Revista da Gestão Costeira Integrada, v. 9, n. 2, p. 47-58, 2009.